

Cotação

- Dólar: R\$ 5,39
- Euro: R\$ 6,33



COMUNICAÇÃO
CARAGUATATUBA
GOVERNO MUNICIPAL
TEMPO DE PROSPERIDADE

Terça-feira • 23 de Setembro de 2025

CLIPPING

Efemérides

Hoje	24 de Setembro
• Dia Mundial das Línguas Gestuais • Dia do Soldador • Dia do Sorvete • Dia do Técnico em Edificações • Dia do Técnico Industrial	• Dia do Mototaxista

Agenda do dia

Hoje	24 de Setembro
• Sem agenda	• Sem agenda

Veículos

Folha de São Paulo • O Estado de São Paulo • Studio Web Rádio do Miau •
Jornalista Marcos Guedes • Diário Caiçara • Notícias do Litoral Norte •
Denuncie Aqui • Jornal Massaguaçu • Rádio Web Litoral Norte • Jornal
Agora Litoral Norte • Letye Contigo • Jornal Leia • Radar Litoral • Tamoios
News • Jornal do Litoral • Boca no Trombone • Expressão Caiçara • Portal
Noticias do Litoral • Repórter Online Litoral • Fala Caragua •

Índice

Política.....	5
Folha de São Paulo.....	5
Folha de São Paulo.....	6
Folha de São Paulo.....	7
Folha de São Paulo.....	8
Folha de São Paulo.....	9
Folha de São Paulo.....	10
O Estado de São Paulo.....	11
O Estado de São Paulo.....	12
O Estado de São Paulo.....	13
Folha de São Paulo.....	14
Folha de São Paulo.....	15
Folha de São Paulo.....	16
Folha de São Paulo.....	17
Câmara de Caraguatatuba realiza audiências públicas para discutir projeto que cria a Taxa de Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos.....	18
🕶 Câmara de Caraguatatuba discute teste de visão obrigatório para alunos da rede municipal.....	19
Lei Orçamentária Anual de 2026 será encaminhada à Câmara até fim de outubro.....	20
Caraguá antecipa ponto facultativo do Dia do Servidor Público para 27 de outubro.....	21
Assembleia Legislativa realiza audiência pública sobre o Orçamento 2026 em Caraguatatuba.....	22
Em entrevista exclusiva, prefeito Mateus Silva faz balanço dos primeiros nove meses de gestão em Caraguatatuba.....	23
Entrevista exclusiva 🎙.....	24
Cotidiano.....	25
Teste físico seleciona 36 candidatos para curso de guarda-vidas temporários em Caraguatatuba.....	25
Túneis da Serra Nova e do Contorno Norte terão interdições noturnas entre segunda a quinta-feira.....	26
Caraguatatuba fortalece a inclusão com campanha do Setembro Verde.....	27
PAT Caraguatatuba oferece 242 vagas de emprego.....	28
Caraguatatuba promove plantio de árvores e mutirão de limpeza na Praia do Centro... 29	
Banco de Alimentos promove a 9ª Semana de Segurança Alimentar em Caraguatatuba.. 30	
Divisão de RH da Secretaria de Administração de Caraguatatuba atende em novo endereço na próxima segunda-feira.....	31
Caraguatatuba disputa Prêmio Top Destinos Turísticos 2025 em três categorias e convida população a votar.....	32
🌊🌟 Vote em Caraguatatuba no Prêmio Top Destinos Turísticos 2025!.....	33
Geral.....	34
GCM de Caraguá prende homem com extensa ficha criminal por tráfico de drogas na zona sul.....	34
PM prende dupla por roubo e coação contra mulher na Avenida da Praia em Caraguatatuba.....	35

Esporte e Turismo.....	36
🏊🏆 Pan-americano de Beach Tennis reúne 18 países em Caraguatatuba a partir desta quinta-feira (25).....	36
Anna Luiza Pimpão conquista mais um pódio e segue no TOP 3 da Copa SP Light.....	37
🏊🏆 Pan-americano de Beach Tennis reúne 18 países em Caraguatatuba a partir desta quinta-feira (25).....	38
Festival de músicas autorais reúne artistas locais neste domingo na Praça do Caiçara.	39
Cultura.....	41
🎬 A 19ª Primavera dos Museus chega com uma programação especial no Museu de Arte e Cultura de Caraguatatuba!.....	41
🌿✨ O Parque Natural Municipal do Juqueriquerê segue com uma programação cultural especial e gratuita para toda a família!.....	42
Reportagens de Hoje.....	43
Reportagem no Bom Dia Vanguarda.....	43
Reportagem no Link Vanguarda.....	44
Clipping Eletrônico.....	45
Entrevista com o Secretário de Saúde, Dr. Raphael Ghetti, para TV Câmara.....	45

Política

Folha de São Paulo

FOLHA DE S. PAULO ***



CPI do INSS ouve o depoimento de Rubens Oliveira (à direita) - Lula Marques/Agência Senado

‘Careca’ repassou R\$ 6,8 mi a empresas ligadas a chefes do INSS, diz depoente a CPI

Pagamentos teriam sido para firmas de ex-diretor e de mulher de procurador da autarquia, afirma suposto intermediário do esquema

Caio Spechoto

BRASÍLIA Apontado como intermediário do esquema de descontos irregulares em benefícios previdenciários e como sócio de Antônio Carlos Camilo Antunes, o Careca do INSS, Rubens Oliveira afirmou à CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) que investiga o caso que uma empresa do sócio pagou aproximadamente R\$ 6,8 milhões a firmas ligadas a dois ex-chefes do INSS.

Segundo Oliveira, a Prospect Consultoria, de Antônio Carlos Antunes, pagou R\$ 1,8 milhão à Vênus Consultoria, que teve participação do ex-diretor do INSS Alexandre Guimarães. Além disso, teria havido repasse de R\$ 5 milhões à Curitiba Consultoria. A empresa é ligada a Thaisa Hoffmann, mulher do procurador afastado do INSS Virgílio Filho.

A Folha tentou contato com representantes de Antônio Carlos Antunes, Alexandre Guimarães, Virgílio Filho e Thaisa Hoffmann. Até a publicação desta reportagem a defesa de Guimarães havia respondido, e dito que não comentaria a fala na CPI e que provara a inocência de seu cliente nos autos do processo judicial.

Oliveira é apontado como facilitador do esquema de descontos irregulares em aposentadorias. Teria sido responsável por transações financeiras para lavar dinheiro e pagar propinas, segun-

do investigações. Ele era ligado a empresas do Careca do INSS.

Oliveira negou ter sido sócio de Antônio Carlos Camilo em suas empresas. Afirmou que prestava serviço às companhias.

“Jamais fui sócio de qualquer empresa ao lado do senhor Antônio Camilo, atuei em apenas quatro de suas empresas no papel de administrador financeiro e nada além disso”, disse o interrogado.

Ele não quis, no início do depoimento à CPI, comprometer-se a dizer a verdade. O depoente foi interpellado pelo relator do colegiado, deputado Alfredo Gaspar (União AL), em diversos momentos e, em um deles, não negou o suposto pagamento de propinas.

“Quantas vezes o senhor entregou propina a integrantes do governo federal, parlamentares?”, perguntou Gaspar. “Seguindo a

orientação dos meus advogados e conforme direito constitucional garantido, assegurado por habeas corpus impetrado perante o Supremo Tribunal Federal, reservo-me o direito de permanecer calado”, respondeu.

Depois, disse não ter feito pagamentos. “O senhor é o homem da propina que desviou mais de R\$ 6 bilhões do dinheiro do aposentado pensionista ou o senhor é boi de piranha?”, questionou o relator. “Não distribuí, nem entreguei, nem participei de nenhum ato que fosse a entrega de recursos”, declarou o depoente.

A menção ao STF é por causa de uma decisão do ministro Luiz Fux. O documento é sigiloso. Segundo o presidente da CPI, senador Carlos Viana, Fux permitiu a Oliveira ficar em silêncio quando achar que a resposta pode incriminá-lo.

Alfredo Gaspar também pediu a prisão preventiva e em flagrante do depoente por ocultação de documentos.

Viana disse que colocaria o requerimento em votação, no caso da prisão preventiva. O flagrante dependia só dele, que declarou que decidiria ao longo da reunião, que não havia terminado até a publicação deste texto.

“Se ele é laranjão, pouco me importa. Mas derrubando uma laranja pode a gente acabar alcançando o bicho que está apodrecendo as laranjas”, disse o relator.



Jamais fui sócio de qualquer empresa ao lado do senhor Antônio Camilo, atuei em quatro de suas empresas como administrador financeiro

Rubens Oliveira
depoente na CPI do INSS

Folha de São Paulo

mercado

FOLHA DE S. PAULO ***

TERÇA-FEIRA, 23 DE SETEMBRO DE 2025 A17



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva fala na Assembleia Geral da ONU, em Nova York. Eduardo Miyoshi/Reuters

Governo congela mais R\$ 1,4 bilhão em gastos e cita queda nas receitas

Desaceleração da economia em decorrência dos juros afeta arrecadação, e Fazenda pede aprovação de medidas; em setembro, gestão recorreu a dividendos de bancos

Idiana Tomazelli

BRASÍLIA O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) anunciou nesta segunda-feira (22) o congelamento de mais R\$ 1,4 bilhão em gastos do Orçamento de 2025 para compensar o aumento de despesas obrigatórias e cumprir o limite do arcabouço fiscal.

O valor se soma a outros R\$ 10,7 bilhões que já haviam sido bloqueados nas avaliações anteriores. Diante da necessidade de esforço extra, o total indisponível para os ministérios chegou a R\$ 12,1 bilhões.

Apesar do aperto nas despesas, o principal foco de preocupação da equipe econômica neste momento é a trajetória da arrecadação, que começa a exibir sinais mais evidentes dos impactos negativos da política de juros do Banco Central, cujo objetivo é esfriar a atividade econômica para controlar a inflação.

"Nossa preocupação em relação à receita é grande. Isso pode

alterar as projeções com as quais a gente vem contando", disse o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan. Ele ressaltou, no entanto, que isso não muda as metas fiscais a serem perseguidas pelo governo. "Apesar de a gente ficar atento à desaceleração, em especial com o que atinge a receita, não haverá mudança. Os planos estão dados."

O secretário evitou responder diretamente se as decisões do EC sobre juros ameaçam o cumprimento da meta fiscal deste ano, mas classificou o status atual da política monetária como "bastante restritiva" e afirmou que o governo se preocupa com a "dose do remédio".

Nesse contexto, o secretário fez um apelo para que o Congresso aprove duas propostas consideradas necessárias para fechar as contas de 2025 e 2026: a MP (medida provisória) de aumento de impostos e o projeto de lei que corta benefícios fiscais. "Há necessidade de se manter em alerta

e engajado com o Congresso Nacional para que a gente siga cumprindo nossa agenda", afirmou.

No relatório de avaliação do Orçamento, o governo apontou uma piora de R\$ 1,9 bilhão na receita líquida esperada em 2025. Segundo os números oficiais, a deterioração veio principalmente das receitas administradas pela Receita Federal (como impostos e contribuições), cuja estimativa caiu R\$ 12 bilhões, na esteira da atividade menos pujante.

O impacto nas contas só não foi maior porque o governo recorreu a dividendos de estatais para preencher o buraco. A estratégia estava no radar desde o meio do ano, como mostrou a **Folha**.

O aumento de receitas com dividendos foi de R\$ 6,9 bilhões, sendo a maior parte (R\$ 5,9 bilhões) oriunda do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). A Caixa Econômica Federal vai contribuir com outro R\$ 1 bilhão, disse o secretário do Tesouro Nacional,



Nossa preocupação em relação à receita é grande. Isso pode alterar as projeções com as quais a gente vem contando

Dario Durigan
secretário-executivo do
Ministério da Fazenda

Rogério Ceroni.

O aumento de R\$ 5,7 bilhões na previsão de arrecadação com royalties e participações especiais de petróleo também ajudará a cobrir a perda de receitas, embora haja preocupação com eventuais impactos de desaceleração adicional da economia.

O Executivo fará uma nova reavaliação do Orçamento em novembro. Caso a perda de receitas se agrave, a equipe econômica pode adotar um novo contingenciamento, que nada mais é do que um congelamento adicional de despesas para compensar a frustração na arrecadação.

Hoje, não há contingenciamento em vigor. O bloqueio que existe é um mecanismo distinto, concebido para compensar aumento em outras despesas.

A previsão de déficit está em R\$ 32,2 bilhões, dentro da meta fiscal, que é zero, mas cujo margem de tolerância permite resultado negativo de até R\$ 31 bilhões. Nessa comparação, o resultado estimado representa piora em relação à última avaliação bimestral, de julho, quando o déficit que conta para a meta fiscal era calculado em R\$ 26,3 bilhões.

Esse recorte, no entanto, desconsidera R\$ 43,3 bilhões em gastos que ficarão fora da meta fiscal, como parte das sentenças judiciais e as devoluções de descontos indevidos do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).

Com isso, o rombo total neste ano deve ficar em R\$ 75,5 bilhões. Nessa comparação, o valor é menor do que o déficit total de R\$ 74,9 bilhões previsto em julho. Ainda assim, contribui para elevar a dívida pública do país.

Pelo lado das despesas, o principal fator de pressão veio do BPC (Benefício de Prestação Continuada), pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda, cuja previsão de gastos subiu R\$ 2,9 bilhões.

Por outro lado, o alívio em outras despesas obrigatórias ajudou a amortecer os efeitos. Foi o caso da queda de R\$ 3 bilhão na estimativa de despesas com benefícios previdenciários, puxada pelo menor volume de sentenças judiciais, já que o gasto com benefícios regulares aumentou.

O congelamento de despesas recai sobre os gastos discricionários, que incluem despesas de custeio da máquina e investimentos públicos.

Folha de São Paulo

A14 TERÇA-FEIRA, 23 DE SETEMBRO DE 2025

FOLHA DE S. PAULO

política

Deputados alegam erro, engano e até covardia por voto a favor de blindagem

Arrependidos incluem congressistas do PT e conservadores alinhados ao bolsonarismo

João Pedro Pitombo

SALVADOR Enquanto milhares de pessoas tomavam a orla de Salvador neste domingo (21) contra a aprovação na Câmara dos Deputados da PEC da Blindagem, o deputado federal Mário Negromonte Júnior (PT-BA) discursava em Pedro Alexandre, cidade de 14 mil habitantes do sertão da Bahia.

Ao lado do governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues (PT), justificou o seu voto em favor da proposta alegando ter sido enganado. Horas depois, na estrada, postou vídeo afirmando que se sentia como vítima de um golpe.

"Essa PEC da Blindagem não me representa, não representa a trajetória do meu mandato. Eu fui enganado", disparou o congressista baiano, colega de partido, conterrâneo e aliado próximo ao relator da proposta, deputado Cláudio Capado (PP-BA).

Ao menos oito deputados federais retrocederam e se disseram arrependidos de terem votado a favor da PEC, lista que inclui

de congressistas do PT até nomes do bolsonarismo. Eles alegam erro, engano e até mesmo covardia para justificar o voto.

Neste domingo, manifestantes foram às ruas para protestar contra a PEC e contra a anistia aos condenados no 8 de Janeiro, incluindo Jair Bolsonaro (PL). Mas o movimento já vinha desde os dias anteriores, com a repercussão negativa da proposta.

Deputados que votaram a favor da proposta têm sido cobrados por seus eleitores nas redes sociais. Parte deles restringiu os comentários nas últimas postagens para evitar críticas públicas.

Dentre os 12 do PT que votaram a favor do projeto, ao menos dois vieram a público alegando terem sido levados ao erro.

O deputado federal Paulo Guedes (PT-MG), que estava internado em um hospital durante a votação, justificou seu voto em uma live. Disse que votou favoravelmente após ter recebido uma ligação do colega Odair Cunha (PT-MG), que estava no plenário.

PEC da Blindagem ainda será votada pelo Senado

A PEC da Blindagem ainda precisa passar por votação no Senado para ser promulgada. O relator, senador Alessandro Vieira (MDB-SE), apresentará parecer contrário à medida na CCI.

Para ser aprovada, seria necessária votação a favor do texto na CCI e, depois, votação em dois turnos no plenário do Senado, com três quintos dos votos de congressistas, para a promulgação.

Isso leva a um total de 49 senadores, do total de 81, para aprovação da proposta, além dos destaques a serem propostos.

"Minha cabeça não estava atenta a tudo que estava acontecendo. Se estivesse no plenário, jamais teria votado. Queria pedir desculpa aos meus eleitores", afirmou o deputado.

O deputado Merlong Solano (PT-PI) emitiu uma nota de retratação pública, pediu desculpas ao povo do Piauí e disse ter cometido um grave equívoco.

Líder da bancada do PSB, o deputado Pedro Campos (PE) disse que decidiu negociar com o centrão e votou a favor do projeto para barrar a anistia e fazer avançar pautas de interesse do governo como tarifa social de energia e a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil.

"Tenho a humildade de reconhecer que não escolhemos o melhor caminho e saímos derrotados na votação da PEC e na anistia", disse Campos, que entrou com ação no STF (Supremo Tribunal Federal) contestando a votação.

A repercussão do voto foi tão negativa que até mesmo o prefeito do Recife, João Campos (PSB),

gravou um vídeo no qual afirma que não apoiou a aprovação da proposta no Congresso Nacional. Ele é irmão de Pedro Campos e presidente nacional do PSB, que deu nove votos favoráveis à PEC.

Um dos aliados mais próximos do ministro dos Transportes, Renan Filho, Rafael Brito (MDB-AL) votou pela proposta no primeiro turno e se ausentou no segundo. Depois, avaliou o voto como um erro. Gabriel Nunes (TSD), aliado do PT na Bahia, também disse que errou ao apoiar a proposta.

Ao menos dois congressistas do campo conservador se disseram arrependidos de seus votos.

A deputada federal Silvyne Alves (União Brasil-GO), votou contra a proposta no primeiro turno, mas seguiu no sentido contrário no segundo turno da votação. Sem citar nomes, ela que foi pressionada por pessoas influentes no Congresso e que sofreria retaliações caso não alterasse seu voto.

"Eu fui covarde. Eu cedi à pressão e mudei meu voto. Eu não fui forte, eu não tive força para fazer o correto. Eu quero pedir perdão para vocês", disse aos seus leitores em um vídeo nas redes sociais.

Alinhado ao bolsonarismo e potencial candidato a governador de Sergipe, o deputado Thiago de João (PP) também recuou de seu voto: "Vergonha é insistir no erro, coragem é assumi-lo de frente e lutar para consertar", afirmou.

Folha de São Paulo

FOLHA DE S. PAULO

TERÇA-FEIRA, 23 DE SETEMBRO DE 2025 A13

política

Supremo reage a sanção, e Motta deve adiar votação de diminuição de penas

Ministros procuraram presidente da Câmara e afirmaram que medidas contra mulher de Moraes prejudicam negociações

Catia Seabra, Victoria Azevedo e Raphael Di Cunto

BRASÍLIA As novas sanções anunciadas nesta segunda-feira (22) pelo governo Donald Trump levaram o STF (Supremo Tribunal Federal) a ameaçar o cancelamento de um acordo com o Congresso Nacional para a aprovação de uma redução de penas dos condenados por atos golpistas.

Ministros do tribunal procuraram o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PR), e avisaram ao deputado que as medidas prejudicam o avanço dessas negociações.

Após receber o alerta, o congressista procurou aliados para avaliar um possível adiamento da votação dessa proposta, inicialmente prevista para os próximos dias. O relator da proposta, Paulinho da Força (Solidariedade-SP), afirmou que a votação não deve ocorrer nesta semana.

Antes otimista sobre votar o projeto nesta quarta-feira (24), após reuniões com os partidos, Paulinho adotou tom mais cauteloso depois das sanções. Ele atribuiu o possível adiamento, porém, à resistência de governistas, que hesitam na aprovação da redução de penas, e da oposição, que insistem na anistia ampla.

"Tem o PT dizendo que não vota, tem o PL dizendo que não vota. Estamos falando de 2025 e pou-

cos votos, portanto acho muito difícil a gente conseguir um clima para votar nessa semana", disse à Folha. "Devemos trabalhar para conseguir a maioria. Só dá para votar quando a gente tiver certeza de que terá maioria para aprovar o projeto da dosimetria, que significa pacificar o país".

Um ministro do STF que conversou com Motta nesta segunda-feira afirmou, de forma reservada, que toda a boa vontade do tribunal, especialmente com o núcleo central da trama golpista, "se esfumou" com as sanções. Isso

Congresso se divide sobre teor do projeto

Bolsonaristas defendem a aprovação de projeto de anistia geral e irrestrita que contemple o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), enquanto ala governista e ministros do STF admitem apenas a possibilidade de redução de penas.

não significa que os canais estejam totalmente obstruídos.

Além disso, ainda haveria espaço de negociação sobre penas aplicadas aos condenados pela participação nos ataques de 8 de janeiro de 2023, especificamente. Apesar dessa disponibilidade inicial para o diálogo, entre ministros seria majoritária a avaliação de que as sanções impostas à família de Moraes azedam a relação entre STF e Congresso.

Como a Folha mostrou na semana passada, integrantes do centrão fecharam de forma sigilosa os termos de acordo que envolve a votação de um projeto que reduz penas pelos atos golpistas, a garantia de que Bolsonaro poderá cumprir pena em regime domiciliar e a rejeição de qualquer forma de perdão pelos crimes julgados pelo STF, segundo pessoas que participam das negociações.

Incorajadas por bolsonaristas, as sanções contra Viviane Barci de Moraes, mulher do ministro Alexandre de Moraes, e o instituto que pertence à família do magistrado foram classificadas como uma deslealdade por inte-

grantes do tribunal, ocorrendo em meio à costura de um acordo e no momento em que aliados de Bolsonaro intercedem pela manutenção do ex-presidente em prisão domiciliar.

No domingo, mesmo depois das manifestações, Motta manteve em seus planos a aprovação de um projeto alternativo à anistia, prevendo a redução de penas.

A aplicação de sanções que afetaram integrantes do governo, também acabou por enterrar a possibilidade de o governo Lula não impor restrições à tramitação do projeto. Segundo relatos, Motta consultou a chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann (PT), sobre a hipótese de apresentação de uma proposta para redução de pena.

Em resposta, Gleisi afirmou que esse era um assunto para Congresso e STF, acrescentando que o Pluralito não se envolvia. Depois das medidas e de reunião do relator com Michel Temer (MDB), governistas avisaram que não apoiarão a redução de penas.

Além disso, um projeto enviado pelo Executivo em regime de urgência que trata do licenciamento ambiental passará a tramitar a pauta da Câmara a partir desta terça-feira (23). Isso significa que outros projetos não poderão ser votados enquanto esse não for discutido no plenário — o que dificulta a votação de matéria sobre redução das penas.

Segundo relatos, Motta buscou integrantes do governo para pedir para retirar a urgência do projeto de lei, mas o Palácio do Planalto indicou que só concordaria com isso se for para votar outras propostas que Lula considera mais relevantes, como o aumento da faixa de isenção do Imposto de Renda, e adiar a anistia.

Com a negativa, deputados da bancada ruralista defendem votar o texto já aprovado pelo Congresso e derrotar a versão do governo como alternativa.



Senado quer derrubar PEC da Blindagem em comissão e dar resposta a manifestações

BRASÍLIA Líderes do Senado querem dar início, nos próximos dias, à derrubada da PEC (proposta de emenda à Constituição) da Blindagem. A decisão seria uma resposta à mobilização vista nas redes sociais e em todas as capitais do país neste domingo (21) contra o texto que protege parlamentares de processos judiciais.

A proposta aprovada pela Câmara na última semana deve ser votada pela CCI (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado na quarta-feira (24) — um prazo enviado de uma semana depois da chegada do texto à Casa.

Cardeais do Senado afirmam que há votos suficientes para rejeitar a PEC tanto na comissão (formada por 27 senadores) como no plenário, entendendo de forma definitiva a medida formulada pelos deputados federais.

A disposição de derrotar a PEC no plenário representa também um gesto político. Tradicionalmente, projetos que são foco de divergência interna nem são co-

locados em votação. Votar a derrubada de uma proposta seria uma mensagem mais enfática.

O presidente da CCI, Otávio Alcântara (PSD-BA), que é contra a proposta, escolheu como relator o senador Alessandro Vieira (MDB-SE), igualmente crítico. Vieira apresentará parecer sugerindo aos colegas a rejeição da PEC.

A proposta tem sido duramente criticada pelo Senado desde a semana passada, mas a dimensão da repercussão negativa nas redes sociais pegou de surpresa parlamentares e assessores.

Dois líderes da Câmara afirmam, sob reserva, que havia o compromisso do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), de discutir a PEC na Casa. O próprio presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PR), teria falado desse acordo em reunião com líderes na semana passada, segundo eles.

Deputados se queixaram nesta segunda (22) de uma suposta quebra de acordo por parte do Sena-

Mesmo rejeitada, proposta tem vias para avançar

Mesmo se for rejeitada pela CCI, a proposta pode seguir três caminhos no Senado.

Se a proposta for declarada inconstitucional pelo relator e rejeitada pela comissão unanimemente, o presidente do Senado pode dispensar a votação no plenário e arquivá-la. Se não for rejeitada por unanimidade, pode-se pedir que haja votação no plenário. E se for interpretada como constitucional e rejeitada pela CCI por outros motivos, pode haver votação no plenário.

do, afirmando terem ficado muito expostos às críticas da opinião pública, sobretudo Motta. Interlocutores de Alcolumbre, por sua vez, negam a existência desse acordo.

Um aliado de Motta classificou a repercussão negativa da PEC como um "terremoto" e disse que isso fez com que o Senado perdesse as condições de levar o tema adiante, como previsto. Procurada, a assessoria de imprensa de Alcolumbre não respondeu.

Após as manifestações do domingo, senadores que defendem a PEC começaram a modular o discurso. O presidente do PP, senador Ciro Nogueira (PI), afirmou que pretende sugerir um "aperfeiçoamento" para limitar a proposta a "crimes de opinião".

Questionado sobre a sugestão, Alessandro Vieira disse à Folha que não conhece "o tipo penal crime de opinião".

"Respeito a opinião do senador Ciro Nogueira, que é um amigo, mas essa PEC não pode nem deve voltar para a Câmara, absolutamente, porque lá podem repor [trechos que forem descartados ou modificados]. O que nós devemos fazer é rejeitá-la", disse Alcântara. Thaís Oliveira, Caio Specchio e VA

PRESIDENTE Lula elogia artistas em atos contra anistia e proteção a congressistas

BRASÍLIA O presidente Lula (PT) elogiou a participação de artistas em manifestações deste domingo (21) contra a PEC da Blindagem e o avanço da anistia aos condenados por atos golpistas. Em publicação nas redes, o petista disse que os manifestantes e os artistas foram às ruas "defender a justiça e lutar contra a impunidade e a anistia".

"Quero saudar todos os artistas que se uniram ontem a dezenas de milhares de pessoas nas ruas de todo o Brasil para defender a justiça e lutar contra a impunidade e a anistia. Isso nos traz a lembrança dos anos 70, durante a redemocratização. E das Diretas Já, nos anos 80, quando entoaram o lado do povo o grito pelo direito de votar para presidente. Essa é a maior de todas as artes: o espetáculo da democracia", escreveu o petista. VA

Folha de São Paulo

A12 TERÇA-FEIRA, 23 DE SETEMBRO DE 2025

FOLHA DE S. PAULO

política

PGR denuncia Eduardo Bolsonaro e Paulo Figueiredo, acusados de coação

Gonet aponta tentativa de intervir em ações contra Jair Bolsonaro; OUTRO LADO deputado e blogueiro dizem que denúncia é 'fajuta'

José Marques e César Feitoza

BRASILIA O procurador-geral da República, Paulo Gonet, denunciou, nesta segunda-feira (22) ao STF (Supremo Tribunal Federal) o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e o blogueiro Paulo Figueiredo sob acusação de articular ações com o objetivo de intervir nos processos do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

A denúncia acusa os dois de crime de coação, que "consiste em usar de violência ou grave ameaça, com o fim de favorecer interesse próprio ou alheio, contra autoridade, parte, ou qualquer outra pessoa que funciona ou é chamada a intervir em processo judicial, policial ou administrativo, ou em juízo arbitral".

Nas provas apontadas na denúncia, há declarações públicas de ambos em seus redes sociais, além de dados extraídos de aparelhos celulares apreendidos em operações autorizadas pelo STF. Jair Bolsonaro, que é investigado e foi indiciado no inquérito que trata do tema, não foi denunciado.

Em uma manifestação complementar protocolada no STF, Gonet diz que a denúncia não encerra as apurações e "nem impede que, à vista de novas descobertas investigativas [...], sejam produzidos outros atos decisórios de ordem persecutória".

Ele também pede que a Câmara

seja oficiada para "fins de avaliação disciplinar" sobre as condutas de Eduardo Bolsonaro.

"Esta denúncia é dada a protocolo pouco depois de proferida condenação pela Primeira Turma do [STF] de Jair Bolsonaro. A condenação, mesmo que ainda não haja transitado em julgado, revela que os julgadores que se venceram da culpa do réu não se vergaram a chantagem", disse o PGR na denúncia desta segunda.

Em nota conjunta, Eduardo e Figueiredo disseram que o fato de a denúncia ter sido apresentada ao Supremo logo após as novas sanções dos EUA contra a esposa do ministro Alexandre de Moraes e autoridades brasileiras "evidencia a perseguição política em curso". Eles ainda dizem que a acusação é "fajuta" e chamam a equipe de Paulo Gonet na PGR de "locutores de Moraes".

A peça da PGR afirma que desde momentos próximos ao recebimento da denúncia contra Jair Bolsonaro pela trama golpista, Eduardo e Figueiredo passaram a articular sucessivas e continuadas ações para intervir no processo penal. "O propósito foi o de livrar Jair Bolsonaro, e também o próprio Paulo Figueiredo, da condenação penal pelos crimes que ensejaram a abertura de procedimentos criminais", diz Gonet. Figueiredo é réu em uma das ações sobre a tentativa de golpe de Es-



Paulo Figueiredo (à esq.) e Eduardo Bolsonaro, em Washington, nos EUA Reprodução - 19/9/22

Crime tem pena prevista de 1 a 4 anos de reclusão

O crime de coação no curso do processo, previsto no artigo 344 do Código Penal, trata do uso de violência ou grave ameaça contra autoridade ou envolvidos no processo judicial, policial ou administrativo a fim de favorecer interesse próprio ou alheio.

A especificidade do caso pode dificultar o enquadramento, na opinião de especialistas. Isso porque o crime foi pensado para atuações mais tradicionais, como ameaçar fisicamente o juiz envolvido no caso.

A pena prevista é de multa e reclusão de 1 a 4 anos, além de pena correspondente à violência.

tado após as eleições de 2022, mas ainda não foi julgado.

"Isso, porém, não descaracteriza o crime imputado, dada a natureza formal do delito [...]. A simples prática da ameaça contra o julgador de processo já é suficiente para a configuração do tipo."

Gonet afirma que Eduardo e Figueiredo tentaram explorar o relacionamento que mantém com integrantes do governo americano e assessores e conselheiros de Donald Trump, e que se valeram desse rede de contatos para coartar a atuação do Supremo.

Eles induziram, diz a peça acusatória, "a adoção de medidas retaliatórias pelo governo norte-americano contra o Brasil e contra autoridades brasileiras, no intuito de compelir o Supremo Tribunal a encerrar os processos sem condenações, especialmente de Jair Bolsonaro".

Essa pressão tinha, também, o objetivo de que o Congresso aprovasse um projeto de anistia que abrangesse Bolsonaro, diz Gonet.

Na nota conjunta, Eduardo Bolsonaro e Paulo Figueiredo afirmaram que vivem nos Estados

Unidos sob a jurisdição da Constituição americana, que diz em sua Primeira Emenda sobre o direito de "peticionar ao governo para corrigir abusos e injustiças".

"A mera criminalização do exercício de um direito constitucional em outra jurisdição configura prática de repressão transnacional contra U.S. Persons. Essa é justamente uma das bases das sanções aplicadas a Alexandre de Moraes por violações de direitos humanos, bem como das tarifas comerciais impostas ao Brasil. Quem adere a esse tipo de conduta sujeita-se às mesmas penalidades e aprofunda ainda mais a crise entre Brasil e EUA", afirmam.

"Isso apenas reforça o que temos afirmado repetidamente — que a anistia ampla, geral e irrestrita é o único caminho para o Brasil", diz a nota.

A dupla conclui a nota afirmando que somente vão se manifestar formalmente sobre as acusações após serem comunicados da nova denúncia pelas "vias legais competentes". Nenhum dos dois possui advogado para atuar no caso.

STF tem maioria para restringir autorização de buscas no Congresso

BRASILIA O STF (Supremo Tribunal Federal) formou maioria nesta segunda-feira (22) para estabelecer que somente a corte tem competência para autorizar buscas e apreensões nas dependências do Congresso Nacional e em imóveis funcionais de parlamentares.

O entendimento se dá após o deputado federal Ricardo Ayres (Republicanos-TO) ser alvo de operação autorizada pelo STF (Superior Tribunal de Justiça), com buscas em seu apartamento funcional. Ayres é aliado do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PA), que fez críticas à operação em conversas com ministros do Supremo.

O julgamento, porém, serete a uma ação apresentada pela Mesa do Senado em 2016. O ministro Cristiano Zanin liberou o caso para análise do plenário no dia 10 de

setembro — uma semana após a ação contra o aliado de Motta.

O voto de Zanin já foi acompanhado por Alexandre de Moraes, Gilmar Mendes, Flávio Dino, Dias Toffoli e Cármen Lúcia. Por ora, nenhum ministro votou contra o entendimento do relator.

A maioria no Supremo é formada também em momento em que se agravam as tensões relacionadas à aprovação da PEC da Blindagem, que estabelece que investigações contra parlamentares só podem ser iniciadas com aval do Congresso, em votação secreta.

O Supremo tem cerca de 80 inquéritos abertos para investigar parlamentares e ex-parlamentares suspeitos de crimes relacionados ao envio de emendas. Os inquéritos, todos sob sigilo, estão em ao menos seis gabinetes no tribunal.

O que mudará com a decisão

Operações de busca dentro da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou de imóveis funcionais ligados a parlamentares só poderão ser feitas com a autorização do Supremo Tribunal Federal. Instâncias inferiores, como o Superior Tribunal de Justiça e os tribunais de Justiça estaduais não poderão mais determinar o cumprimento de diligências do tipo.

O temor com o avanço das investigações foi um dos motivos citados por políticos do centro nos bastidores da Câmara para aprovar a PEC da Blindagem. O avanço da proposta gerou reação popular, com manifestações espalhadas pelo Brasil no domingo (21).

O novo entendimento formulado pelo STF proíbe que juízes de instâncias inferiores autorizem operações dentro da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

A ação é julgada no plenário virtual desde a última sexta (19) e se estende até 26 de setembro.

O processo foi aberto após a Polícia Federal realizar a Operação Mêtis para investigar suposto esquema para obstruir investigações da Lava Jato contra senadores. A suspeita era que a Polícia Legislativa do Senado teria colocado grampos nos apartamentos funcionais de senadores e realiza-

do operações de contra-inteligência para blindá-los da Lava Jato.

A operação foi autorizada pela Justiça Federal de Brasília e acabou arquivada anos depois pelo Supremo, sem que as suspeitas tenham se confirmado.

O relator é o ministro Zanin. Ele afirma em seu voto que a ação não discute a ampliação do foro especial para todos os integrantes do Congresso, mas diz respeito à "realização de diligências nas dependências das Casas Legislativas ou imóveis funcionais, que caracterizam, respectivamente, local de trabalho ou de moradia de autoridades detentoras de foro especial".

O processo aberto pela Mesa do Senado estava parado no Supremo desde agosto de 2023, quando a relatoria do caso passou ao ministro aposentado Ricardo Lewandowski para Zanin, cr

Folha de São Paulo

FOLHA DE S. PAULO

Empresa da família de Moraes tem casa de R\$ 12 milhões em Brasília e apartamentos em SP

Lex Instituto de Estudos Jurídicos foi incluída em novas sanções da Casa Branca; ministro da corte não comenta sobre as propriedades

Lucas Marchesini

BRASÍLIA A empresa da família de Alexandre de Moraes que foi incluída na lista de sanções dos Estados Unidos é dona da casa onde o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) mora em Brasília, de três apartamentos na cidade de São Paulo e de terrenos no interior do estado.

A Lex - Instituto de Estudos Jurídicos foi fundada no ano 2000 e pertence à advogada Viviane Barci de Moraes, esposa do ministro, e aos três filhos do casal.

Tanto a empresa como Viviane foram punidas pelos EUA nesta segunda-feira (22) pela Lei Magnitsky, criada para sancionar quem comete graves violações de direitos humanos pelo mundo.

A medida foi uma retaliação à condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) por tentativa de golpe de Estado. Moraes classificou a ação do governo Donald Trump como ilegal e disse que o Judiciário não aceitará coação.

A Lex comprou no fim de agosto uma casa de 725 m² por R\$ 12 milhões no Lago Sul, bairro de alta renda de Brasília, em duas parcelas de R\$ 6 milhões.

Antes da aquisição do imóvel, Moraes e sua família moravam em um apartamento funcional na Asa Sul, bairro central da capital.

A compra da casa foi noticiada pelo portal MetrôPoles e confirmada pela **Folha**. O Supremo informou que o magistrado não comentará o assunto.

Também estão em nome da empresa três apartamentos em São Paulo e quatro lotes em São Roque (a 62 km de São Paulo).

Juntos, os três apartamentos somam R\$ 6,7 milhões, levando em conta o valor pago quando foram adquiridos. O primeiro deles foi comprado em 2007 por R\$ 1,8 milhão, quando Moraes era conselheiro do CNJ (Conselho Nacional de Justiça). O imóvel foi adquirido da empresa responsável pela construção do edifício e tem 293 m².

Em 2014, o casal transferiu o apartamento para o instituto Lex. O valor registrado na escritura foi de R\$ 2 milhões.

Sete anos depois, em 2021, a Lex comprou outros dois apartamentos na mesma rua na capital paulista, mas em outro edifício. Moraes já estava no STF, tribunal para o qual foi nomeado em 2017.

Em 2 de julho de 2021, a empresa pagou R\$ 2,5 milhões por um imóvel de 160 m² no nono andar. Duas semanas depois, em 16 de julho, a Lex pagou R\$ 2,4 milhões por um apartamento do mesmo tamanho no sexto andar.

Moraes teve diversos cargos públicos e foi advogado antes de



Alexandre de Moraes, do STF, em São Paulo. Danilo Werpa - 11ago25/Folhapress

chegar ao STF. Ele fundou o escritório Alexandre de Moraes - Sociedade de Advogados em 2010, permanecendo até o fim de 2014.

Deixou o escritório para se tornar secretário da Segurança Pública de São Paulo, onde permaneceu até assumir o Ministério da Justiça no mandato de Michel Temer (MDB), em maio de 2016. Ficou menos de um ano no posto, já que, em março do ano seguinte, tomou posse no STF.

Antes de advogar, Moraes foi promotor no Ministério Público de São Paulo e secretário da Justiça em São Paulo, entre outros. Além disso, é autor de livros jurídicos de sucesso e professor na USP (Universidade de São Paulo).

Viviane, por sua vez, é advogada e tem grandes empresas em sua carteira de clientes. Ela está à frente do escritório Barci de Moraes, onde também atuam dois filhos do ministro. A banca foi contratada pelo Banco Master no início de 2024, de acordo com informações do jornal *O Globo*.

O grupo Petrôpolis também contratou a advogada, em um caso que conta com outros parentes de ministros do STF, conforme noticiou a **Folha**.

Antes de ser sabatinado pelo Senado em 2017, Moraes afirmou que não atuaria em casos do escritório de sua esposa. Na época, afirmou que se daria "por impedido em qualquer análise que ocorra no Supremo que inclua eventuais clientes da banca".

Ao entrar no STF, Moraes passou a utilizar em Brasília um imóvel funcional, que deixou ao adquirir a nova casa. O STF não divulga a listagem dos imóveis funcionais e os gastos individualizados com cada um.

Em 2024, a corte gastou um total de R\$ 1,4 milhão com esse tipo de propriedade, mais do que o revertido para a sede do STF no mesmo período (R\$ 722 mil). O valor inclui reformas, manutenção e serviços sob demanda.

Sobre os quatro lotes em São Roque, os dois primeiros foram adquiridos em 2001 por um valor somado de R\$ 57 mil. Na época, Moraes era promotor do Ministério Público de São Paulo.

Em 2009, o casal comprou outros dois terrenos no mesmo loteamento no total de R\$ 100 mil. O agora ministro era secretário de Transportes na Prefeitura de São Paulo sob Gilberto Kussab (PSD).

O Estado de São Paulo

Câmara Isenção de imposto

Motta diz que pautará IR na semana que vem

Presidente da Câmara afirma que, apesar de prever emendas sobre as compensações, texto do relator, Arthur Lira, deve ser mantido

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), disse que pretende pautar na próxima semana o projeto para ampliar a isenção do Imposto de Renda. Apesar de prever emendas sobre as compensações, ele disse, durante a conferência Macro Day, realizada ontem pelo BTG Pactual, em São Paulo, acreditar que o texto do relator, Arthur Lira (PP-AL), deve ser mantido.

Tributação
Texto prevê a isenção total do IR para renda mensal de até R\$ 5 mil e parcial para até R\$ 7.350 por mês

Segundo Motta, "todos os partidos, até de oposição, ajudaram a aprovar esse relatório". "Com quem converso, vejo que a avaliação sobre esse trabalho é de que ele fez uma construção de relatório equilibrada", falou.

Sobre compensações, ele afirmou que os partidos precisam ter responsabilidade. "Se muda compensação, se retira, se aumenta faixa de isenção, tudo isso é possível. Só penso que cada atitude que for tomada pelos partidos também tenha responsabilidade", afirmou.

A comissão especial sobre a alteração na legislação do IR aprovou o parecer de Arthur Lira, no fim do primeiro semes-

tre. O texto prevê a isenção total do IR para contribuintes com renda mensal de até R\$ 5 mil, e parcial para quem ganha até R\$ 7.350 por mês. Para entrar em vigor, o projeto precisa ser apreciado no Senado.

IOF. Motta diz acreditar que o deputado Carlos Zarattini (PT-SP), relator da medida provisória que contém alternativa ao aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), esteja aberto a negociar mudanças no texto para viabilizar uma aprovação. "Porém, ele (Zarattini) ainda não apresentou no colégio de líderes. Tive conversa informal com Zarattini. Temos de aguardar o que ele trará de novidades", disse Motta, destacando que aguardará a conclusão do relatório para dar opinião sobre pontos da proposta e uma previsão de votação.

A MP ainda está em comissão especial e prevê alternativas para compensar a alta do IOF. De acordo com Motta, Zarattini está "sensível" aos impactos do texto e tem conversado com diferentes setores econômicos. Há algumas semanas, o relator já adiantou algumas modificações, como retirar do texto a tributação de debêntures incentivadas.

Motta também afirmou na conferência que deseja enfrentar até o fim do ano a pauta da reforma administrativa e a revisão dos benefícios tributários concedidos pelo Estado às empresas. ●

NAOMI MATSUI • VICTOR OJANA/BRASILIA

HOTEL RESORT E GOLFE CLUBE DOS 500



O CENÁRIO IDEAL PARA CRIAR HISTÓRIAS!

Momentos únicos merecem um palco que impressiona pela beleza e pela atmosfera.

FAÇA SUA RESERVA! ☎ 12 3132-3555

Localizado a apenas duas horas de São Paulo, o Hotel Resort e Golfe Clube dos 500 combina arte, bom gosto e hospedagem de excelência, oferecendo um ambiente único com 600.000m² de área verde.

CLUBE DOS
500

Rod. Presidente Dutra, Km 60
Guaratinguetá - SP
@hotelclubedos500
reservas@h500.com.br

Conheça o hotel
escaneando
o QR Code!



O Estado de São Paulo

Orçamento Despesas congeladas

Aumento de gastos obrigatórios faz governo bloquear mais R\$ 1,4 bi

— Total bloqueado no ano vai a R\$ 12,1 bi; Fazenda vê queda na arrecadação de impostos e maior dependência de medidas extraordinárias para fechar contas

DANIEL WETERMAN
BRASILIA

O governo aumentou o bloqueio de despesas no Orçamento deste ano para R\$ 12,1 bilhões após verificar crescimento de gastos obrigatórios, principalmente no Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda. Houve um aumento de R\$ 1,4 bilhão em relação ao congelamento que já está em vigor, de R\$ 10,7 bilhões. Ao mesmo tempo, a equipe econômica diminuiu a estimativa de

arrecadação com impostos federais, em R\$ 12 bilhões, e aumentou a dependência de iniciativas em tramitação no Congresso (como a medida provisória que eleva a tributação de investimentos e limita as compensações tributárias) e de receitas extraordinárias (como as de leilões de petróleo) para fechar as contas deste ano.

Os números foram apresentados ontem na divulgação do quarto Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias, do Ministério da Fazenda, que acompanha o andamento da arrecadação e dos gastos da União ao longo do ano.

Apesar do bloqueio, que serve para enquadrar os gastos ao limite do arcabouço fiscal, o governo manteve o Orçamento livre de contingenciamentos nes-

Cenário
Benefício de Prestação
Continuada (BPC) é uma
das rubricas com
aumento de gastos

te ano, que é quando as despesas ficam congeladas por insuficiência de arrecadação para cumprimento da meta fiscal.

A meta do governo neste ano é zerar o déficit das contas públicas. Na prática, porém, as contas públicas podem ter um déficit de até R\$ 31 bilhões, que é o piso da meta (-0,25% do PIB), sem contar o pagamento de parte dos precatórios – dívidas com sentenças judiciais impostas à União, retiradas da regra fiscal pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Com os cortes apresentados ontem, o resultado esperado pela equipe econômica é de um déficit de R\$ 30,2 bilhões, perto do limite inferior da meta (os R\$ 31 bilhões). Porém, como es-

sa projeção desconsidera R\$ 43,4 bilhões em precatórios, que não entram no cálculo, o Executivo estima fechar o ano com déficit "real" de R\$ 73,5 bilhões.

Para 2026, a meta é de superávit de R\$ 34,3 bilhões (0,25% do PIB), com um piso de déficit zero, também sem contar o pagamento com precatórios.

No relatório de julho, o governo havia estabelecido bloqueio de R\$ 10,7 bilhões no Orçamento para cumprir o arcabouço fiscal em 2025, atingindo programas como Seguro Rural, Auxílio Gás, Farmácia Popular, recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC) e as emendas parlamentares.

O anúncio do bloqueio adicional ocorre na semana em que o Congresso deve analisar medida provisória que eleva a arrecadação em R\$ 10,6 bilhões, em 2025, e em R\$ 20,9 bilhões em 2026 – cuja receita é dada como certas nas projeções, mas que dependem de aprovação para se concretizar. ● COLABORAM MATEUS MAIA, FLAVIA SAID e CICERO COTRIM/BRASILIA

ACORDO CAMINHA PARA TRIBUTAR LCII E LCA E ISENTAR DEBENTURE INCENTIVADA. PÁG. B2

O Estado de São Paulo

TERÇA-FEIRA, 23 DE SETEMBRO DE 2025
O ESTADO DE S. PAULO

POLÍTICA

A11

Poderes

Apenas Supremo pode autorizar buscas no Congresso, decide maioria da Corte

Plenário virtual vota majoritariamente para proibir juízes de instâncias inferiores de ordenar operações em espaços do Legislativo

RAYSSA MOTTA

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria ontem, no plenário virtual, para proibir juízes de instâncias inferiores de autorizar buscas e apreensões nas dependências do Congresso e em apartamentos funcionais de parlamentares. Se-

gundo a decisão, apenas o STF pode determinar essas operações, ainda que o deputado ou o senador não seja alvo direto da investigação.

Até o momento, os ministros Cristiano Zanin (relator), Alexandre de Moraes, Gilmar Mendes, Flávio Dino, Dias Toffi e Cármen Lúcia se manifestaram, formando a maioria. A votação ficou aberta no plenário virtual do tribunal até a próxima sexta-feira.

Os ministros também definiram que, nesses casos, o Supremo não precisa pedir permissão do presidente da Câmara ou do Senado antes de autori-

zar as buscas. O processo é movido pela Mesa do Senado e tramita na Corte desde outubro de 2016. O julgamento ocorre no contexto da "PEC da Blindagem", que busca dar ao Congresso o poder de autorizar ou não a abertura de processos criminais sobre parlamentares.

APREENSÃO. Zanin justificou que, ainda que a investigação não tenha como alvo direto o parlamentar, a apreensão de documentos ou computadores no gabinete ou no imóvel funcional "repercute, mesmo que indiretamente, sobre o desempenho da atividade parla-

mentar e, consequentemente, sobre o próprio exercício do mandato", o que, na avaliação do ministro, atrai a competência do Supremo.

"É inverossímil imaginar que uma busca e apreensão efetuada no gabinete de um senador - ainda que voltada à apuração da conduta de um assessor - não acabe por alcançar informações, documentos e dados diretamente relacionados ao desempenho da atividade parlamentar", diz um trecho do voto do relator.

FUNÇÃO PÚBLICA. Para o ministro, ao assegurar que certas me-

didas investigativas sejam supervisionadas pelo Supremo, o tribunal busca "proteger não a pessoa em si, mas a função pública que ela exerce".

"É evidente que o exercício livre da função está, prima facie, intrinsecamente atrelado aos espaços do Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado Federal) em que o parlamentar exerce suas atividades ou nos imóveis funcionais de residência", acrescentou Zanin.

Moraes foi o único, além de Zanin, que apresentou voto por escrito - nas sessões virtuais os ministros não são obrigados a justificar seu posicionamento, exceto o relator. Moraes afirmou que o cumprimento de medidas probatórias nas dependências das Casas pode afetar os parlamentares "sem que essa circunstância possa ser tida por fortuita ou acidental".

Ratinho Jr. fala em 'solução política' para anistia e critica PEC

O governador do Paraná e pré-candidato à Presidência da República, Ratinho Jr. (PSD), defendeu uma "solução política" para a anistia aos condenados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por tentativa de golpe de Estado que deve incluir o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), se necessário. Segundo ele, muitas "injustiças" foram cometidas no processo jurídico dos últimos anos.

"Prefiro uma anistia que pacifique o País. O Congresso tem que estudar a melhor alternativa. Temos visto até alguns membros do próprio STF meio que dando essa sinalização para que o Congresso possa achar uma solução política", disse o governador a jornalistas após palestra na Associação Comercial de São Paulo.

"O Supremo faz uma decisão jurídica, apesar de termos visto muita política também na metodologia do Supremo. Mas o Congresso faz uma análise política do processo e tem

que se dedicar a isso."

De acordo com o governador, o mais importante agora "não é achar certo ou errado", mas buscar a "pacificação" do País. Sobre a inclusão ou não de Bolsonaro no projeto que está sendo construído pelo deputado Paulinho da Força (Solidariedade-SP), Ratinho Jr. disse que apoiaria, se isso pacificasse a sociedade.

"Se tiver que colocar atores políticos nesse processo, junto com aqueles que participaram do 8 de Janeiro, e isso pacificar o País, esse é o caminho que o Brasil tem que tomar", continuou.

CRÍTICAS. O governador criticou a "PEC da Blindagem". Segundo ele, a Câmara dos Deputados, ao aprovar a proposta, tomou uma atitude "precipitada", sem discutir o texto com outros setores da sociedade.

"Se você (cidadão) comete um ato, tem que pagar como qualquer outro cidadão. A sociedade lutou muito tempo para acabar com o foro privilegiado. O que estamos vendo hoje é uma medida que muda toda essa lógica que a sociedade defende há tantos anos", disse.

Ratinho Jr., no entanto, minimizou o impacto das manifestações de esquerda realizadas no último domingo, nas capitais do País. Os atos tiveram como alvo principal o Congresso Nacional, a "PEC da Blindagem" e a urgência do projeto de anistia. ■ **GEVANY BUCCI****"Se você (cidadão) comete um ato, tem que pagar como qualquer outro cidadão. A sociedade lutou muito tempo para acabar com o foro privilegiado. O que estamos vendo hoje é uma medida que muda toda essa lógica que a sociedade defende há tantos anos"****Ratinho Jr. (PSD)**
Governador do Paraná

THE TOWN
SÃO PAULO

POR UM MUNDO MELHOR, THE TOWN PREMIA QUEM DÁ SHOW EM SUSTENTABILIDADE

PARABÉNS AOS VENCEDORES DO PRÊMIO THE TOWN ATITUDE SUSTENTÁVEL 2025

A cada edição, The Town reconhece patrocinadores, parceiros e fornecedores por suas boas práticas ambientais, sociais e econômicas, dentro e fora da Cidade da Música. Porque construir um mundo melhor é compromisso de todos.

CATEGORIA APOIADOR PARCEIRO
GLOBO

CATEGORIA PATROCINADOR
ITAÚ

CATEGORIA PARCEIRO OPERACIONAL PARCEIRO
NISSIN FOODS DO BRASIL

Patrocinador Especial do Evento: **Deloitte**

Parceiros e patrocinadores: Vivo, Itaú, Porto, Nissin Foods, e outros.

Folha de São Paulo

A10

POLÍTICA

TERÇA-FEIRA, 23 DE SETEMBRO DE 2025
O ESTADO DE S. PAULO

Poderes

Motta admite que Senado pode arquivar a 'PEC da Blindagem'

Ciro Nogueira quer limitar proposta a 'crimes de opinião'; contrário ao texto, relator sinaliza que deve rejeitar sugestão

NAOMI MATSUI
VICTOR OHANA
BRASÍLIA
RAISA TOLEDO
SÃO PAULO

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), admitiu ontem que o Senado pode arquivar a proposta de emenda à Constituição (PEC) que dificulta a responsabilização criminal de parlamentares e criticou o que considera uma distorção do texto. "Ver toda essa discussão ser distorcida, 'PEC da Blindagem', 'PEC disso e daquilo', não é correto. Enquanto presidente da Câmara, respeito a posição que o Senado vai ter em relação à PEC. Se o Senado achar que a PEC não é interessante, que vote contra, que arquive", disse Motta, durante evento em São Paulo.

Segundo ele, o Judiciário tem "avançado" nos mandatos de deputados e senadores e há, hoje, congressistas processados por crimes de opinião. Motta afirmou que a Câmara, ao aprovar a PEC, apenas retomou regras previstas na Constituição de 1988. O presidente

da Casa disse que o objetivo da proposta não é blindar parlamentares, mas proteger mandatos de "absurdos". Na prática, o Supremo Tribunal Federal (STF) terá de pedir aval ao Legislativo para dar continuidade a uma ação penal.

"Desde a aprovação da Constituição, em 1988, nenhum Poder, a não ser o Legislativo, abriu mão de suas prerrogativas. Nem o Executivo nem o Judiciário abriram mão. O Legislativo abriu mão, sim, do texto constitucional original, por um fato pontual, foi ali no ano de 2001, que decidiu mudar o modelo de autorização para a sustação da ação penal", disse Motta.

A "PEC da Blindagem" foi aprovada na semana passada pela Câmara e seguiu para o Senado. O texto restabelece a "licença prévia", dispositivo que dava ao Congresso a possibilidade de barrar a abertura de processos criminais contra seus integrantes. O mecanismo constava na Constituição de 1988 e foi retirado em 2001. Com a PEC, o Congresso volta a ter a prerrogativa de autorizar ou não, em votação secreta, a abertura de um processo ou uma ordem de prisão.

ALTERNATIVA. Ontem, o senador Ciro Nogueira (PP-PB) afirmou que apresentará um texto substitutivo para sugerir que a proteção aos parlamentares



Motta durante evento em São Paulo; para ele, debate foi distorcido

"Ver toda essa discussão ser distorcida, 'PEC da Blindagem', 'PEC disso e daquilo', não é correto. Enquanto presidente da Câmara dos Deputados, respeito a posição que o Senado vai ter em relação à PEC. É um dever do Senado. Se o Senado achar que a PEC não é interessante, que vote contra, que arquive"

Hugo Motta
(Republicanos-PB)
Presidente da Câmara dos Deputados

prevista na PEC valha apenas para crimes de opinião. O relator da proposta no Senado, Alessandro Vieira (MDB-SE), já disse que tende a rejeitar a sugestão e afirmou que o tipo penal não existe no Brasil.

"Vou propor um aperfeiçoamento que pode atender a cidadania e fortalecer as prerrogativas simultaneamente. Minha proposta é apresentar um substitutivo garantindo que essa prerrogativa seja assegurada apenas para os crimes de opinião. Isso fortalece o Parlamento, a democracia e a liberdade de expressão", escreveu Ciro Nogueira no X.

Após passar na Câmara, a "PEC da Blindagem" foi encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, e Vieira foi designado relator. A declaração de Ciro Nogueira ocorreu depois de o emedebista afirmar que recomendará a rejeição da PEC. O presidente da CCJ, senador Otto Alencar (PSD-BA), disse que o texto não deve passar na Casa "de jeito nenhum" e que pretende votá-lo amanhã, para "sepultar de vez" a proposta.

TIPO PENAL. A ideia de Ciro Nogueira, da forma como descrita na publicação no X, foi corrigida por uma "nota da comunidade" na rede social, que informou que o Brasil não tem o tipo penal "crime de opinião". A

ferramenta permite que usuários adicionem de forma colaborativa "notas úteis a posts que possam ser enganosos", segundo o X. Aprovação das notas é feita pelos próprios usuários, sem interferência da plataforma, conforme a empresa.

O argumento do tipo penal também foi usado pelo relator da PEC no Senado, que se disse inclinado a rejeitar a sugestão do colega. "Primeiro, não existe crime de opinião. A legislação penal brasileira não tem esse tipo. Imagino que, talvez, ele esteja falando de crimes contra a honra: calúnia, difamação, injúria", disse Vieira em entrevista à GloboNews, ontem. "Para tratar apenas do crime contra a honra, ou que seja para a liberdade de expressão que o parlamentar deve ter para exercer seu mandato, a Constituição já faz isso." Para o relator, a PEC "foi desenhada para proteger bandido".

As manifestações que ocorreram no País no domingo foram a "pá de cal" na PEC, segundo líderes na Câmara e no Senado ouvidos pelo Estadão.

Comissão
Presidente da CCJ, senador Otto Alencar afirma que projeto não deve passar na Casa 'de jeito nenhum'

ANISTIA. Os atos organizados por movimentos de esquerda também tiveram como alvo a anistia aos condenados pelos atos golpistas. A Câmara aprovou na semana passada requerimento de urgência para o projeto do deputado Marcelo Crivella (Republicanos-RJ).

No entanto, o relator do texto, deputado Paulo Pereira da Silva, o Paulinho da Força (Solidariedade-SP), tem chamado a proposta de "PL (projeto de lei) da dosimetria" e dito que o foco é a redução de penas, não o perdão a crimes.

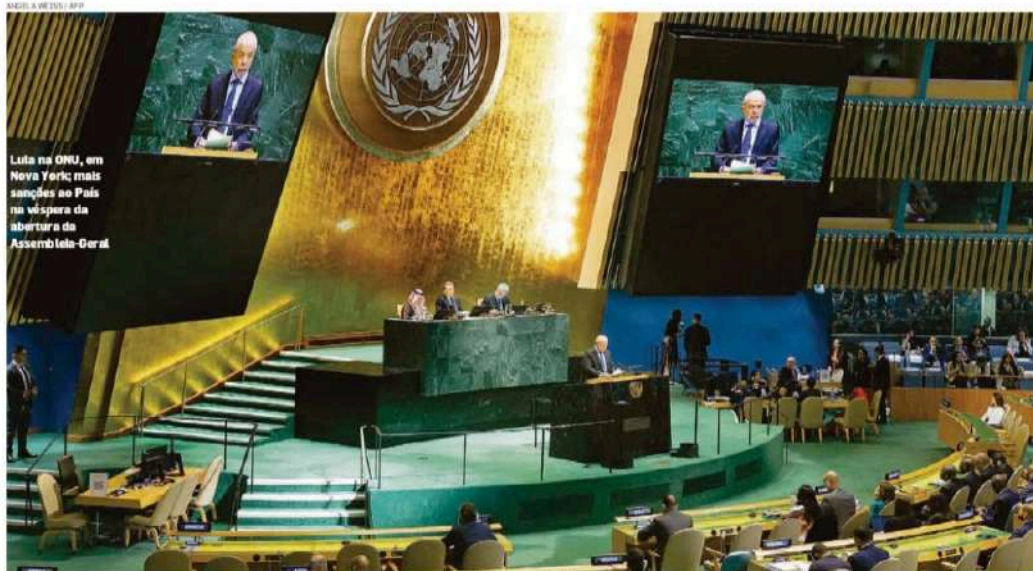
Ontem, em São Paulo, Motta afirmou que o projeto de anistia se servirá para "distensionar o ambiente político" no País. **COLABOROU LEVY TELES**

Folha de São Paulo

A8



POLÍTICA

TERÇA-FEIRA, 23 DE SETEMBRO DE 2025
O ESTADO DE S. PAULO

Lula na ONU, em Nova York; mais sanções ao País na véspera da abertura da Assembleia Geral

Crise Brasil-Estados Unidos

EUA aplicam novas sanções para atingir Moraes; Eduardo Bolsonaro é denunciado

Governo Trump usa Lei Magnitsky contra mulher de ministro do STF e revoga visto de titular da AGU; PGR acusa deputado e Paulo Figueiredo por coação na ação do golpe

REPORTAGEM
FELIPE FRAZÃO
ALINE BRONZATI
NOVA YORK
RAYSSA MOTA
SÃO PAULO

Na véspera da abertura da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve antagonizar com o americano Donald Trump, os Estados Unidos anunciaram novas sanções a autoridades brasileiras e à advogada Viviane Barci de Moraes, mulher do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes. No plano nacional, por outro lado, a

Procuradoria-Geral da República (PGR) denunciou o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e o blogueiro Paulo Figueiredo por "coação" no processo da trama golpista (mais informações na página ao lado).

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, concluiu que eles articularam sanções nos EUA contra o STF para tentar pressionar os ministros a não condenar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) — que foi sentenciado a mais de 27 anos de prisão por tentativa de golpe de Estado e outros crimes.

Autoridades americanas já ameaçam apresentar novas retaliações ao País após a condenação de Bolsonaro. Nos dias

anteriores à Assembleia-Geral da ONU, o Departamento de Estado impôs restrições de locomoção no visto diplomático de representantes brasileiros.

Ontem, o Departamento do Tesouro dos EUA sancionou a mulher de Moraes e o Instituto Lex, com base na Lei Magnitsky. Viviane e o instituto, que pertence a ela e aos três filhos do casal, foram adicionados à lista oficial do Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros (Ofac). A decisão gerou reação de Moraes — também alvo da Lei Magnitsky —, do STF e do Itamaraty, que repudiaram a decisão.

Segundo o governo americano, as sanções secundárias são pelos vínculos de Viviane e da



Paulo Figueiredo e Eduardo Bolsonaro vivem atualmente nos EUA

Retaliações levam a ajustes no discurso de Lula

REPORTAGEM
NOVA YORK

Uma nova leva de punições do governo Donald Trump contra autoridades brasileiras ofuscou o primeiro dia de com-

promissos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em Nova York, ontem, e reforçou a tendência de que ele responderá hoje durante o discurso na Assembleia-Geral da ONU.

Lula já pretendia fazer uma

crítica dura ao que o governo brasileiro considera agressões dos EUA e uma tentativa de interferência no País, em afronta à soberania nacional e às instituições democráticas, como mostrou o **Estadão**.

O teor final do discurso de Lula passou por revisões e ajustes ao longo do dia de ontem, como é praxe na véspera do pronunciamento mais importante da política externa brasileira, perante líderes globais.

Lula cumpriu agendas públicas em Nova York, como uma conferência para apoiar a cria-

ção do Estado palestino (mais informações nas pág. A14 e A15), deu entrevista ao canal americano PBS e se reuniu com o CEO do TikTok, Shou Zi Chew (mais informações na pág. A12).

O presidente terá o papel de antagonista de Trump, pelo choque aberto entre os governos. O petista vai defender a

Folha de São Paulo

TERÇA-FEIRA, 23 DE SETEMBRO DE 2025

O ESTADO DE S. PAULO

Publicado desde 1875

AMÉRICO DE CAMPOS (1879-1984)
FRANCISCO ANGEL PESTANA (1879-1980)
JULIO MESQUITA (1888-1977)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-2009)
FRANCISCO MESQUITA (1910-1989)LUIZ CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSE VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1988)
LUIZ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
MEMBROS
MARCELO LEMOS DA SILVA
MARCEL CPEREIRA MOTA DE ARAUJO
MARCOS ANTONIO BOLOGNA
ROBERTO DE OLIVEIRA MESQUITA
TITO ENRIQUE DA SILVA NETODIRETOR PRESIDENTE
OTECARISTAS
DIRETOR DE JORNALISMO
EUFRASIO ALCANTARA
DIRETOR DE OPINIAO
MARCOS GUTERMANDIRETORA JURIDICA
MAURICIA VIEIRA SAMPAIO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO ROBERTO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MALGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

As ruas mandam um recado ao Congresso



Protestos mostram que os cidadãos se dispõem a ir às ruas quando se trata de defender não a agenda de um partido, mas os princípios da vida democrática, ameaçados por políticos oportunistas

Milhares de pessoas foram às ruas no domingo passado para dizer um "basta" ao alheamento do Congresso à realidade do País. Em todas as capitais, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro, cidadãos protestaram contra dois símbolos recentes da degradação da representação política: a aprovação, pela Câmara, da chamada PEC da Bandidagem, que visa a blindar parlamentares de investigações criminais, e a concessão de anistia "ampla, geral e irrestrita" a Jair Bolsonaro e outros golpistas condenados pelo

Supremo Tribunal Federal (STF).

O Monitor do Debate Político da USP, que tem metodologia própria, calculou que 42,4 mil pessoas ocuparam cerca de quatro quarteirões da Avenida Paulista e que 41,8 mil encheram a orla de Copacabana. Como se viu, foram mobilizações muito próximas, em escala, daquelas arregimentadas pelo bolsonarismo no Sete de Setembro, mas com pautas diametralmente opostas. Se na data nacional o objetivo dos manifestantes era pressionar o STF pela impunidade de Bolsonaro e seus cúmplices na trama golpista, além de clamar por in-

tervenção dos EUA – inclusive militar – no curso do julgamento, no dia 21 passado a mensagem foi um sonoro "não" à criação de uma casta de mandatários acima da lei e ao perdão a quem ousou atentar contra a ordem constitucional democrática.

Isso mostra, como primeiro ponto de destaque, que Bolsonaro, nos estertores de sua relevância política, não é mais o senhor das ruas do País. Nos últimos anos, o ex-presidente exerceu com habilidade o protagonismo da mobilização popular, papel outrora desempenhado com igual força e presença por sua nemesis, Lula da Silva. Mas algo abalou as estruturas da política nacional, levando às ruas um contingente de cidadãos não necessariamente aferrados às agendas de um ou outro polo. Ao que tudo indica, a indignação popular com a defesa explícita da impunidade – seja para parlamentares, seja para golpistas – parece ter despertado um movimento político mais amplo, que não se confunde com a estrita militância partidária.

É um erro, portanto, reduzir as manifestações de domingo a um triunfo da esquerda, menos ainda do PT. A esquerda, sozinha, mal é capaz de levar meia dúzia de gatos-pingados às ruas, como restou evidente no constrangedor ato pelo Dia do Trabalho no ano passado, no qual a presença de Lula só acentuou o vexame da ausência de povo. O PT tampouco tem legitimidade para tremular a bandeira da moralidade pública depois dos escândalos de corrupção que marcaram os governos lulopetistas. Logo, os protestos de domingo só ganharam corpo porque, obviamente, extrapolaram as trincheiras ideológicas e atingiram ci-

dadões inconformados com o divórcio entre o Congresso e a sociedade, marcado pelo desabrido desrespeito aos valores republicanos, a começar pela igualdade de todos perante a lei.

Não é de agora que o Legislativo mostra afastamento dos reais interesses da população, capturado que está por uma agenda corporativista em torno das emendas ao Orçamento e dos mais minabólicos mecanismos de autoproteção de seus membros contra a apuração de desvios desses recursos. Mas raramente essa separação ficou tão evidente. A insistência em alçar parlamentares à condição de inimpugnáveis e o tempo que muitos no Congresso dedicam à agenda de um cli criminoso como o de Bolsonaro, decerto esperando que a subserviência renda votos, demonstram a captura de parte considerável do Legislativo por interesses que nem remotamente passam perto do bem comum. No domingo, ficou claro que muitos cidadãos não toleram isso.

De melhor, extrai-se que as manifestações contra a PEC da Bandidagem e a anistia aos golpistas evidenciaram que a sociedade brasileira não está anestesiada nem as ruas são cativas do bolsonarismo. Uma parcela expressiva da população mostrou disposição para sair de casa em defesa da Constituição e contra a supremacia de uma cultura de privilégios que parece dominar a política nacional. É claro que Lula e o PT, oportunistas que são, vão tentar tirar uma casquinha dos atos, mas todos sabem que o lulopetismo, aquele que protagonizou o mensalão e o petrolão, não tem nada a ver com a defesa da integridade das instituições republicanas. ●

Folha de São Paulo

A2

TERÇA-FEIRA, 23 DE SETEMBRO DE 2025
O ESTADO DE S. PAULOROSEANN KENNEDY
COMEDIAR O BARRETTO E IANER FORCELLA
COLUNISTA DO ESTADO DE S. PAULO
ESTADÃO.COM.BR/POLITICA/COLUNA-DO-ESTADÃOColuna do
EstadãoPT muda decisão sobre PEC
da Blindagem por medo de
nova onda anticorrupção

Apauta de combate à corrupção é uma daquelas que afligem o PT a cada eleição. Abatido pelo Mensalão e pelo Petrolão, o partido encolheu e ficou anos acuado diante desse tema. Agora, em 2025, com o ex-presidente Jair Bolsonaro condenado pela trama golpista e em prisão domiciliar acusado de tentar coagir o STF, o PT comemorava o cenário antibolsonarista e entoa o discurso de não condescendência com políticos envolvidos no crime. Mas a sigla caiu em contradição e ajudou a aprovar a PEC da Blindagem na Câmara. A bancada ficou liberada para votar como quisesse. Com a repercussão negativa e os protestos, o PT sentiu o cheiro de uma nova "onda anticorrupção", mudou a rota e decidiu: no Senado, se algum petista votar a favor da proposta, será punido.

● **GESTOS...** O senador Ciro Nogueira (PP) articulou um novo texto para salvar parte da PEC da Blindagem. Anunciou que a medida ficaria restrita a "crimes de opinião". A ideia, segundo apurou a *Coluna*, é estabelecer autorização prévia do Legislativo apenas para abertura de inquéritos contra parlamentares por causa de declarações na tribuna.

● **...PRAGMÁTICOS.** A proposta foi vista no Congresso como um aceno direto do senador ao "bolsonarismo raiz" com o objetivo de se cacificar para a vaga de vice na chapa da direita à Presidência da República em 2026.

● **CHORA.** O gesto de Ciro ocorreu após aliados fiéis de Bolsonaro acusarem o Centrão de "contaminar" o avanço do projeto de lei da anistia com a PEC da Blindagem. O diagnóstico é que a impopularidade da proposta piorou o clima político para a defesa do perdão a Bolsonaro e outros condenados.

● **SEM...** Relator do novo PL da anistia, rebatizado de projeto da dosimetria, o deputado Paulinho da Força (Solidariedade) descartou abrir um diálogo direto com o ex-presidente para fazer algum alinhamento sobre o texto. "Não vou visitar Bolsonaro, não pretendo ter uma conversa com ele", afirmou taxativamente.

● **...CONVERSA.** Para visitar o ex-presidente, Paulinho precisaria de autorização do STF. A leitura política no seu entorno é de que isso representaria uma "afrenta" aos magistrados, com quem o deputado tem boa relação. Além disso, em nada contribuiria para tentar articular um texto que tenha apoio dos representantes dos três Poderes.

● **PONTE.** Paulinho da Força, entretanto, conversou com o senador Flávio Bolsonaro e disse estar aberto ao diálogo. Mas tem afirmado aos pares que não recebeu nenhum pedido prévio do filho zero 1 do ex-presidente.

SINAIS
PARTICULARES

por Kleber Sales



Ciro Nogueira, presidente do PP

● **PANFLETÁRIO.** Uma foto como ministro Edson Fachin, que assumirá neste mês a presidência do STF, tem sido usada na campanha ao comando do Tribunal de Justiça da Bahia. A imagem do desembargador José Rotondano, conselheiro do CNJ, ao lado do ministro, passou a ser propagada nas redes por seus colegas.

● **DISCRETO.** Próximo presidente do STF e do CNJ, Edson Fachin tem um perfil extremamente discreto: não usa redes sociais e raramente dá de declarações fora dos autos. Procurado, o ministro não respondeu.

PRONTO, FALÊ!!

Rodrigo Pacheco
Ex-presidente do Senado

"Sanção dos EUA à esposa de Moraes mostra radicalismo, inflado por agentes descompromissados com soberania, contaminando relações centenárias."

CLICK

Modesto Carvalhosa
Jurista

Durante lançamento do livro *A Constituição e a Liberdade - Uma homenagem ao Professor Ives Gandra da Silva Martins*, do qual é um dos organizadores.

Veículo

Studio Web Rádio do Miau

Litoral em Pauta

Radar Litoral

Portal Notícias do Litoral

Repórter Online Litoral

Agora Vale



Câmara de Caraguatatuba realiza audiências públicas para discutir projeto que cria a Taxa de Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos

A Câmara Municipal de Caraguatatuba promoverá duas audiências públicas para discutir com a população o Projeto de Lei que institui no município a Taxa de Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos (TMRSU). A propositura é necessária para que a cidade se mantenha em conformidade com o Novo Marco Legal do Saneamento Básico (Lei Federal nº 14.026/2020) e com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010). Os encontros estão marcados para os dias 25 e 29 de setembro, às 18h, na sede do Poder Legislativo.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
(Crossmidia)
Denuncie Aqui
Fala Caragua



🕒 Câmara de Caraguatatuba discute teste de visão obrigatório para alunos da rede municipal

Nesta terça-feira (23/09), às 19h30, a Câmara Municipal realiza a 29ª Sessão Ordinária de 2025, e um dos projetos em pauta é o PL nº 52/25, do presidente Antônio Carlos Junior, que propõe testes de acuidade visual obrigatórios para as crianças da rede municipal.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículos

(Crossmidia)

Radio Web Litoral Norte

Tamoios News

Jornal do Litoral

Fala Caragua



Lei Orçamentária Anual de 2026 será encaminhada à Câmara até fim de outubro

A Secretaria de Planejamento Estratégico e Desenvolvimento deve encaminhar a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026 de Caraguatatuba para votação na Câmara Municipal até o dia 31 de outubro. As contribuições enviadas pelos munícipes nas audiências públicas presenciais das Regiões Sul, Central e Norte, audiência pública eletrônica e das demandas do Orçamento Participativo serão levadas em consideração durante a elaboração do projeto de lei que estima a receita e fixa a despesa do município para o próximo ano.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
(Crossmidia)
Jornal Leia



Caraguá antecipa ponto facultativo do Dia do Servidor Público para 27 de outubro

O Dia do Servidor Público é celebrado em 28 de outubro, data instituída em 1943 pelo então presidente Getúlio Vargas. Tradicionalmente, nessa data é decretado ponto facultativo. Em Caraguatatuba, o decreto nº 2.337/2025 determinou a antecipação do ponto facultativo para o dia 27 de outubro (segunda-feira).

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Radar Litoral
Tamoios News



Assembleia Legislativa realiza audiência pública sobre o Orçamento 2026 em Caraguatatuba

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo desembarca no município de Caraguatatuba, nesta sexta-feira (26), para a realização de mais uma audiência pública do Orçamento estadual para 2026, estimado em R\$ 388 bilhões. O encontro está marcado para às 10h, na Câmara Municipal de Caraguatatuba. A cidade da região de São José dos Campos possui cerca de 141 mil habitantes, segundo o IBGE.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Jornal do Litoral



Em entrevista exclusiva, prefeito Mateus Silva faz balanço dos primeiros nove meses de gestão em Caraguatatuba

Rombo financeiro, retomada de obras, fortalecimento do turismo, segurança pública, novos projetos de receita e expectativas para 2026 foram alguns dos temas abordados.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Jornal do Litoral



Entrevista exclusiva 🎙️

O prefeito de Caraguatatuba, Mateus Silva, faz um balanço dos primeiros 9 meses de gestão: fala dos desafios herdados, dos avanços em saúde, educação, turismo e segurança pública, e ainda antecipa novos projetos e seu posicionamento político para 2026. Confira os principais pontos e o que vem por aí para a cidade.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Cotidiano

Veículos

(Crossmidia)

Studio Web Rádio do Miau

Letye Contigo

Radar Litoral

Jornal do Litoral

Fala Caragua

Agora Vale



Teste físico seleciona 36 candidatos para curso de guarda-vidas temporários em Caraguatatuba

O teste de aptidão física (TAF) do processo seletivo simplificado para 24 Guarda-Vidas Temporários (GVTs) da Prefeitura de Caraguatatuba reuniu 40 candidatos nesta segunda-feira (22), no Centro Esportivo Municipal Ubaldo Gonçalves (Cemug). No teste, 36 candidatos se classificaram para fazer o curso de formação em GVT entre os dias 29 de setembro e 19 de outubro, no Posto de Bombeiros Marítimo da Praia Martim de Sá.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo

Studio Web Radio do Miau

Radar Litoral



Túneis da Serra Nova e do Contorno Norte terão interdições noturnas entre segunda a quinta-feira

A Concessionária Tamoios divulgou, no início da tarde desta segunda-feira (22/9), que os túneis do Contorno Norte e da Serra Nova serão fechados para manutenção nesta semana. Os fechamentos ocorrerão das 22h às 6h do dia seguinte, já a partir desta segunda-feira (22/9) até quinta (25/9).

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
(Crossmidia)
Diário Caiçara

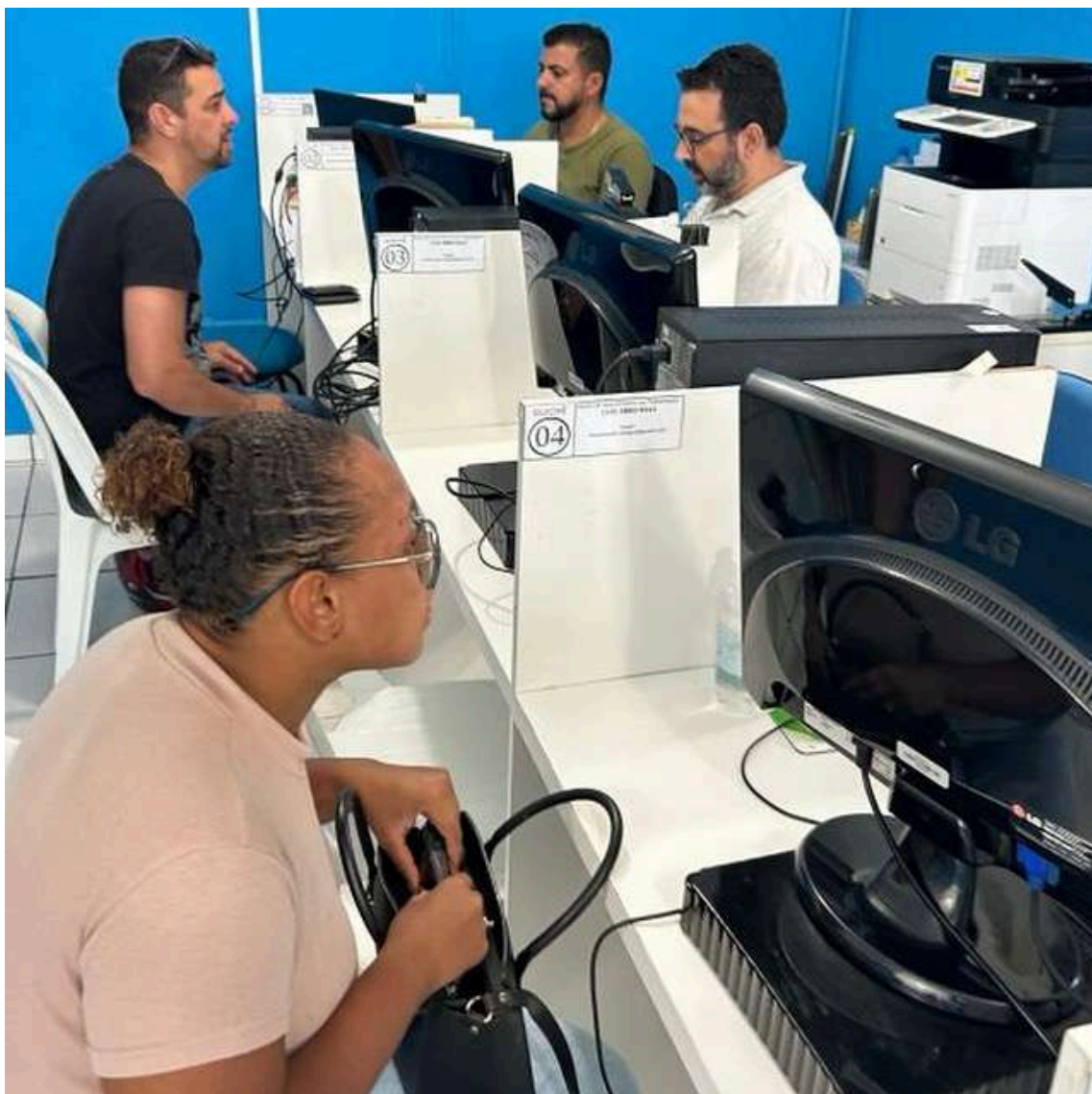


Caraguatatuba fortalece a inclusão com campanha do Setembro Verde

O movimento é um convite coletivo à mudança de olhar. Falar de inclusão é falar de cidadania, respeito e igualdade. Ao chegar em diferentes pontos da cidade, a campanha garante que a informação chegue a todos.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
(Crossmidia)
Diário Caiçara
Radio Web Litoral Norte
Radar Litoral
Reporter Online Litoral



PAT Caraguatatuba oferece 242 vagas de emprego

Redação Diário Caiçara – O Posto de Atendimento ao Trabalhador de Caraguatatuba (PAT) está com 242 oportunidades de emprego nesta segunda-feira (22/9), em diversas áreas de atuação e níveis de escolaridade e com ampliação no horário de atendimento à população, com funcionamento das 8h às 16h. No Centro de Apoio ao Trabalhador e Empreendedor (CATE), o horário de atendimento permanece o mesmo, das 8h às 14h.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
(Crossmidia)
Studio Web Rádio do Miao



Caraguatatuba promove plantio de árvores e mutirão de limpeza na Praia do Centro

O último domingo (21) foi marcado por uma mobilização ambiental na orla da Praia do Centro, em Caraguatatuba. A ação celebrou duas datas importantes — o Dia da Árvore (21/9) e o Dia Mundial da Limpeza (20/9) — reunindo voluntários em atividades de plantio e recolhimento de resíduos.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
(Crossmidia)
Radio Web Litoral Norte



Banco de Alimentos promove a 9ª Semana de Segurança Alimentar em Caraguatatuba

A 9ª Semana de Segurança Alimentar, em alusão ao Dia Mundial da Alimentação, celebrado em 16 de outubro, será promovida pela Secretaria de Assistência Social de Caraguatatuba por meio do Banco de Alimentos. O evento, que ocorre entre os dias 13 e 17 de outubro e é aberto ao público geral, busca conscientizar a população sobre a importância da nutrição, da alimentação saudável e da prevenção de doenças.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
(Crossmidia)
Radio Web Litoral Norte



Divisão de RH da Secretaria de Administração de Caraguatatuba atende em novo endereço na próxima segunda-feira

A Divisão de Gestão de Recursos Humanos (Divisão de RH) da Secretaria de Administração de Caraguatatuba suspende as atividades nesta quinta e sexta-feira (25 e 26/9), em razão da mudança da repartição da Avenida Frei Pacífico Wagner para a Rua Vital Brasil, nº 44, no Centro. O atendimento aos servidores retorna na próxima segunda-feira (29), das 9h às 16h30, no novo espaço.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
(Crossmidia)
Diário Caiçara
Notícias do Litoral Norte
Rádio Web Litoral Norte
Jornal Leia
Tamoios News
Reporter Online Litoral
Fala Caragua
Noticias das Praias



Caraguatatuba disputa Prêmio Top Destinos Turísticos 2025 em três categorias e convida população a votar

Redação Diário Caiçara – Caraguatatuba está concorrendo ao Prêmio Top Destinos Turísticos 2025 em três categorias de destaque: Ecoturismo, Turismo de Esportes e Turismo Náutico. A premiação é uma das mais importantes do setor no Litoral Norte e reconhece as cidades que melhor se destacam como destinos de excelência.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo

(Crossmidia)

Denuncie Aqui via instagram

Jornal Massaguaçu via instagram

Jornal Oscar Oliveira via instagram

Letye Contigo via instagram

Integração FM via instagram

Jornal Leia via instagram



 ✨ Vote em Caraguatatuba no Prêmio Top Destinos Turísticos 2025!

Caraguatatuba, a Capital do Litoral Norte, está na disputa pelo Prêmio Top Destinos Turísticos 2025, concorrendo em três categorias de peso:

Leia a matéria completa [aqui](#).

Acesse também via facebook:

https://www.facebook.com/photo/?fbid=1345598157149102&set=a.592400252468900&locale=pt_BR

Geral

Veículo

Studio Web Rádio do Miau

Radar Litoral

Tamoios News



GCM de Caraguá prende homem com extensa ficha criminal por tráfico de drogas na zona sul

A Guarda Civil Municipal de Caraguá (GCM) prendeu, na noite de segunda-feira (22/9), um homem com extensa ficha criminal por tráfico de drogas na zona sul. Ele foi detido na rua Alta Tensão, no Perequê-Mirim, onde estava com outros comparsas.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículos

Diário Caiçara

Radar Litoral

Notícias das Praias



PM prende dupla por roubo e coação contra mulher na Avenida da Praia em Caraguatatuba

Redação Diário Caiçara – A Polícia Militar prendeu, na madrugada desta segunda-feira (22/9), dois homens de 20 e 28 anos suspeitos de roubar uma mulher que fazia caminhada na Avenida da Praia, região central de Caraguatatuba. A vítima relatou que teve o celular levado, foi obrigada a desbloquear o aparelho e fornecer senhas, inclusive bancárias. Ela contou ainda que os criminosos cogitaram arrastá-la para a área de vegetação próxima, com a intenção de cometer um possível estupro, mas conseguiu fugir e pedir ajuda.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Esporte e Turismo

Veículo

(Crossmídia)

Studio Web Rádio do Miau

Diário Caiçara

Noticias do Litoral Norte

Jornal Massaguaçu

Jornal Leia

Radar Litoral

Tamoios News

Jornal do Litoral

Reporter Online Litoral

Fala Caragua

Noticias das Praias



Pan-americano de Beach Tennis reúne 18 países em Caraguatatuba a partir desta quinta-feira (25)

Caraguatatuba será palco de um dos maiores eventos esportivos do continente: o Campeonato Pan-americano de Beach Tennis. De 25 a 28 de setembro, a cidade recebe cerca de 300 atletas de 18 países na Arena Nacional, montada no Serramar Shopping, no bairro Pontal de Santamarina. A entrada é gratuita.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Fala Caragua
Noticias das Praias



Anna Luiza Pimpão conquista mais um pódio e segue no TOP 3 da Copa SP Light

No último fim de semana, a pilota Anna Luiza Pimpão encarou a 8ª etapa da Copa SP Light de Kart realizada no novíssimo kartódromo V11 Arena, em Arujá (SP), e não demorou para se adaptar ao traçado inédito. Em disputas acirradas ela conquistou um lugar no pódio da categoria F4 Sprinter e manteve a terceira colocação no campeonato.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo

(Crossmidia)

Studio Web Rádio do Miau via instagram

Jornalista Marcos Guedes via instagram

Denuncie Aqui via instagram

Jornal Massaguaçu via instagram

Tamoios News via instagram

Jornal do Litoral via instagram

Boca no Trombone via instagram



 Pan-americano de Beach Tennis reúne 18 países em Caraguatatuba a partir desta quinta-feira (25)

Caraguatatuba será palco de um dos maiores eventos esportivos do continente: o Campeonato Pan-americano de Beach Tennis. De 25 a 28 de setembro, a cidade recebe cerca de 300 atletas de 18 países na Arena Nacional, montada no Serramar Shopping, no bairro Pontal de Santamarina. A entrada é gratuita.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículos

(Crossmidia)

Studio Web Rádio do Miao

Radar Litoral

Fala Caragua



**Festival de músicas
autorais reúne
artistas locais neste
domingo na Praça do
Caicara**

**Festival de músicas autorais reúne artistas locais neste
domingo na Praça do Caiçara**

A Praça do Caiçara, no Centro de Caraguatatuba, será palco do Festival Eçapira Autorais 2025 neste domingo (28/9), das 14h às 20h. O evento é gratuito, aberto ao público e traz apresentações musicais de artistas locais, além de exposição de artesanato.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo

Fala Caragua via facebook



Leia a matéria completa [aqui](#).

Cultura

Veículos

Studio Web Rádio do Miau



dos museus

Museu de Arte e Cultura de Caraguatatuba (Macc)

CLIMATICAS

Saiba mais em: visite.museus.gov.br

Palestra: "Os manguezais e as mudanças climáticas: um bate papo sobre essa temática" com Jacqueline de Castro Vieira.
Dia 23/9 às 15h

Exibição de filmes e roda de conversa

- Por que é importante preservar os manguezais?
- Dez: Manguezais e regulação climática

Palestra: "Água e território" com Pedro Fernando do Rego
Dia 24/9 às 17h

Bate-papo sobre paisagem e território a partir da dinâmica das águas. Qual o papel de cada um de nós diante do desafio de fazer gestão do Litoral Norte.

Mar, Memórias e Mudanças: Diálogos sobre o Clima e a Vida Caiçara
Dia 25/9 às 15h

Bate-papo com a comunidade caiçara, suas experiências sobre os impactos das mudanças climáticas na pesca e na vida cotidiana. O biólogo Eduardo Gigliotti trará a explicação científica dessas transformações.

Palestra-Oficina: "Como o meu território é impactado pelas mudanças do clima?" com Danielle Almeida de Carvalho
Dia 26/9 às 15h

Oficina participativa e construção coletiva do conhecimento e da expressão criativa

 A 19ª Primavera dos Museus chega com uma programação especial no Museu de Arte e Cultura de Caraguatatuba!

Com o tema "Museus e Mudanças Climáticas", a edição de 2025 promove palestras, oficinas, exibição de filmes e roda de conversa com caiçaras tradicionais, que unem saber científico e popular para refletir sobre os impactos da crise climática no nosso patrimônio cultural e natural. 🌍✨

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículos

(Crossmidia)

Studio Web Radio do Miau

Jornal Agora Litoral Norte



PROGRAMAÇÃO CULTURAL
Exposições, sarau e contação de histórias

Dia 25 de setembro (quinta-feira) | 14h30
Artes Caiçaras com Angélica Santos

Dia 26 de setembro (sexta-feira) | 14h
Contação de História (Fundacc)

Parque Natural Municipal Juqueriquerê
Av. José Herculano, 5030 – Morro do Algodão
Funcionamento: **De quarta-feira a domingo, das 9h às 16h**
Mais informações: (12) 99731-3619



🌿✨ O Parque Natural Municipal do Juqueriquerê segue com uma programação cultural especial e gratuita para toda a família!

📖 Entre as atrações, o público pode conferir exposição de artesanato, sarau literário e contação de histórias.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Reportagens de Hoje

23.09.2025

Reportagem no Bom Dia Vanguarda.

Pauta: Caraguá oferece cirurgia para problema da língua presa



Assista a reportagem completa [aqui](#).

19.09.2025

Reportagem no Link Vanguarda.

Pauta: Caraguatatuba recebe etapa do Paulista de Vôlei de Praia



Assista a reportagem completa [aqui](#).

Clipping Eletrônico

15.08.2025

Entrevista com o Secretário de Saúde, Dr. Raphael Ghetti, para TV Câmara.

Pauta: Fórum de Aleitamento Materno debate importância da rede de apoio durante a amamentação.



Assista à reportagem completa [aqui](#).